

DOCTRINA

Seção de Direito Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

Falta de água e soluções jurídicas Paulo Affonso Leme Machado	15
---	----

Cultura e previsibilidade do direito Luiz Guilherme Marinoni	19
--	----

Contratos administrativos nos dias atuais Fernando Menezes	37
--	----

Utilidade do conceito de sistema para o direito administrativo Silvio Luís Ferreira da Rocha	63
--	----

O neoconstitucionalismo e a evolução do direito administrativo Raimundo Márcio Ribeiro Lima	69
---	----

Manifestações públicas e desenvolvimento Luiz Alberto Blanchet	91
--	----

Direito fundamental à privacidade: o sigilo bancário e a fiscalização da Receita Federal do Brasil Regina Linden Ruaro	103
--	-----

Doutrina Estrangeira

La crisis financiera del estado y la regulación del control del gasto público tras la reforma en 2011 de la Constitución Española M^a Jesús García-Torres Fernández	129
---	-----

Seção de Direito Tributário

Aspectos da economia de mercado e políticas públicas contemporâneas – Impasses gerados pela isenção fiscal Cibele Granzotto Léger, Paulo Ricardo Opuszka	151
--	-----

Seção de Direito Municipal

Perspectiva contemporânea da responsabilidade territorial do Estado no planejamento urbano e regional preventivo aos desastres naturais no Brasil Cintia Estefania Fernandes	181
--	-----

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Controle judicial do ciclo orçamentário: um desafio em aberto Élida Graziane Pinto	199
--	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

Ação direta de inconstitucionalidade – Criação do Fundo Rotativo de Emergência da Agricultura Familiar – Isenção de pagamento concedida aos produtores rurais beneficiados pelo Programa Emergencial de Manutenção e Apoio a Pequenos Proprietários Rurais – Lei Gaúcha n. 11.367/1999 – Desenvolvimento de políticas públicas estaduais – Ausência de imoralidade e inconstitucionalidade.
Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.072/RS..... 229

Superior Tribunal de Justiça

Responsabilidade civil – Danos morais – Concessionária de serviço público – Fornecimento de água contaminada pela presença de ossadas e restos viscerais de cadáver humano – Adequação do serviço público – Natureza jurídica de direito público do litígio – Aplicação do CDC – Fato ocorrido em comunidade pequena – Necessidade de tratamento jurídico homogêneo e uniforme.
Recurso Especial nº 1.396.925 - MG (2013/0257182-9) 241

Superior Tribunal de Justiça

Administrativo – Servidora pública estadual ocupante de cargo em comissão – Adoção – Licença maternidade – Regime Geral de Previdência – Lei nº 8.213/91 e Art. 40, §13º, da CF/88 – Aplicação da lei vigente a época da adoção – Impossibilidade de retroação da lei no que tange a outorga de benefícios previdenciários – Ausência de direito líquido e certo.
Recurso em Mandado de Segurança nº 41.796 261

Superior Tribunal de Justiça

Direito Mineral e Civil – Ação de reparação de danos materiais – Autor amparado por alvará de pesquisa – Direito de prioridade – Garantia ao pesquisador da futura exploração da reserva pesquisada de forma exclusiva – Lavra clandestina e ilícita da área por terceiro – Direito à proteção da lavra – Reparação devida.
Recurso Especial nº 1.471.571 - RO 265

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Administrativo e Processual Civil – Conflito de leis no tempo – Multa de trânsito – Superveniência de lei mais benéfica – Aplicabilidade – Sentença confirmada.
Apelação Cível nº 0041260-33.2007.4.01.3400 269

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Responsabilidade civil – Escola Naval – Trote violento incomprovado – Ausência de nexo de causalidade entre o dano alegado e a conduta estatal – Problemas de saúde experimentados decorrentes da prática de exercícios intensos durante o Estágio de Adaptação – Compatibilidade com o treinamento físico necessário à atividade militar – Reparação por danos materiais e morais indevida.
Apelação Cível nº 560630 273

Ementário 277

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES 313